

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.607.290 - PB (2019/0319752-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : ARLINDO AGRA CAVALCANTI - ESPÓLIO
REPR. POR : ERNANI MESQUITA CAVALCANTI - INVENTARIANTE
AGRAVANTE : CLIZETTE CÂMARA TORRES TIMÓTHEO
ADVOGADOS : HEITOR CABRAL DA SILVA - PB006749
ANDRÉ LUIZ DE FARIAS COSTA E OUTRO(S) - PB010808
AGRAVADO : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS : CARLOS EDGAR ANDRADE LEITE - SE004800
FRANCISCO GUSTAVO PINTO RIBEIRO E OUTRO(S) - PB025081
INTERES. : ARMANDO CÉZAR BEZERRA
INTERES. : CÍCERO DE VASCONCELOS GOMES
ADVOGADO : HEITOR CABRAL DA SILVA E OUTRO(S) - PB006749

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por ARLINDO AGRA CAVALCANTI - ESPÓLIO e outro contra decisão que não admitiu o recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, III, alínea "a" do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, assim ementado (fl. 495, e-STJ):

AGRAVO INTERNO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. BENEFÍCIO DE RENDA CERTA. EXTENSÃO AOS INATIVOS. IMPOSSIBILIDADE. EXCLUSIVIDADE AOS ASSISTIDOS QUE CONTRIBUÍRAM POR MAIS DE 360 MESES EM ATIVIDADE. RECURSO REPETITIVO. PRECEDENTES DO STJ. AUSÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS APTOS A MODIFICAR A DECISÃO ATACADA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

"O benefício especial de renda certa, instituído pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, é devido exclusivamente aos assistidos que, no período de atividade, contribuíram por mais de 360 meses (30 anos) para o plano de benefícios. (REsp 1331168/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/11/2014, DJe 19/11/2014) Considerando que os agravantes não trouxeram argumentos novos capazes de modificar os fundamentos que embasaram a decisão agravada, o desprovimento do recurso é medida que se impõe.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados na origem.

Nas razões do especial (fls. 447-483, e-STJ), os agravantes apontam violação dos arts. 489 e 1022 do NCPC ao argumento de que houve negativa de prestação jurisdicional, no acórdão local, porquanto, ainda que instado a fazê-lo, não se manifestou acerca do direito às quantias apuradas referentes ao Plano de Benefício de Renda Certa, que excederam o limite mínimo de 360 contribuições ou 30 anos na condição de ativos, apesar de terem demonstrado que contribuíram com 34 anos.

Contrarrazões às fls. 848/863, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, negou-se seguimento ao recurso, dando ensejo na interposição do agravo previsto no artigo 1.042, CPC/15 (fls. 876/888, e-STJ).

Contraminuta às fls. 892/898, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

O recurso **não** merece prosperar.

1. Afasta-se, de início, a alegação de negativa de prestação jurisdicional. Não se verifica ofensa aos artigos 489 e 1022 do CPC/15 quando o Tribunal decide, de modo claro e fundamentado, as questões essenciais ao deslinde do feito. Ademais, não se deve confundir decisão contrária aos interesses da parte com negativa de prestação jurisdicional.

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça: **AgInt no AREsp 1024735/RS**, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 13/08/2018; **AgInt no AREsp 1254843/RS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 01/06/2018; **AgInt no AREsp 1224697/MG**, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 21/05/2018; **AgInt no AREsp 1015125/AC**, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 24/04/2018; **AgInt nos EDcl no REsp 1647017/RS**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018.

Alegou a recorrente que o acórdão impugnado restou omissos quanto aos 34 anos de contribuição.

Todavia, conforme trecho a seguir citado, o Tribunal local tratou expressamente do ponto:

Quanto a esse aspecto, desde a apreciação da Apelação, esta relatoria se manifestou a respeito a impossibilidade de cômputo das contribuições esporádicas:

"Por conseguinte, não há falar em ofensa ao princípio da isonomia entre ativos e inativos na concessão do benefício denominado renda certa, que somente é devido àqueles que disponibilizaram mais de 360 (trezentas e sessenta) contribuições quando em atividade, pois apenas eles participaram para a formação da fonte de custeio, sendo descabida a acumulação das contribuições semestrais e anuais, como pretendem os recorrentes.

Desse modo, se os apelantes não atingiram as 360 contribuições mínimas antes do início da complementação da aposentadoria, não contribuíram para a formação da fonte de custeio e, por óbvio, não preencheram os requisitos necessários do excesso de contribuição em atividade e não são detentores ao benefício de renda certa." 3. Na tentativa de reverter o julgado, os embargantes interpuseram Agravo Interno acrescentando que eles teriam contribuído, em atividade, por mais de 360 contribuições mensais. Nada se reportam as aduzidas contribuições esporádicas.

Mais uma vez, esta relatoria assentiu a impossibilidade de admitir para cômputo total das 360 contribuições, as referentes as esporádicas e semestrais e destacou:

"Todavia, agora, o foco da discussão vem apresentada de outra forma, o que,

de certa forma, até poderia ser compreendida como inovação recursal.

No entanto, para não ensejar novos debates, enveredo pelo raciocínio de que, o apontado excedente as 360 contribuições, somente poderia ser revelado, se computadas as contribuições esporádicas, o que não é permitido. Além disso, as contribuições devem preceder à aposentadoria." 4. Insatisfeitos, praticamente reiteram as argumentações, agora sob o argumento de omissão, cuja pretensão é de ter o reconhecimento judicial, de que os embargantes terem recolhido além das 360 contribuições mensais.

Com efeito, vê-se, claramente, o nítido propósito de rejugamento da matéria', prática imprópria por meio de embargos de declaração, notadamente porque esta relatoria, expressamente, já se manifestou a respeito da impossibilidade de se considerar as contribuições esporádicas na totalização das 360 contribuições e que elas deveriam ocorrer ainda no período da atividade funcional.

Portanto, se desde a apelação a tese dos embargantes era que as contribuições esporádicas deveriam ser contabilizadas para atingir as 360 contribuições mensais, é consequência lógica de que no cômputo das 415 contribuições as referidas esporádicas foram incluídas. (fls. 829/830, e-STJ)

Como visto, as teses da insurgente foram apreciadas pelo Tribunal *a quo*, que as afastou apontando os fundamentos jurídicos para tal.

Não há que se falar, portanto, em omissão, sendo certo que os embargos de declaração não se constituem via própria para rejugamento da causa, não havendo espaço para análise de inconformismo quanto ao entendimento adotado.

Nesse sentido: **REsp 1432879/MS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 19/10/2018; **EDcl nos EDcl no REsp 1641575/RJ**, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018; **EDcl no AgInt no REsp 1666792/ES**, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 22/05/2018; **AgInt no AREsp 1179480/RS**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 06/03/2018; **AgInt no REsp 1598364/RS**, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 22/08/2017; **EDcl no AgInt no AREsp 471.597/RJ**, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 20/06/2017.

Afasta-se, portanto, a alegada violação aos artigos 489 e 1.022 do CPC/15.

2. Ante o exposto, nega-se provimento ao reclamo.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator